

# Governo aberto no Brasil e variáveis institucionais: uma revisão de escopo das relações com participação cidadã, cooperação interfederativa e equilíbrio fiscal<sup>1</sup>

*Open government in Brazil and institutional variables: a scoping review of the relationships with citizen participation, intergovernmental cooperation, and fiscal balance*

*Gobierno abierto en Brasil y variables institucionales: una revisión de alcance de las relaciones con la participación ciudadana, la cooperación intergubernamental y el equilibrio fiscal*

*Silvia Karina Alves Barros Cardoso, Bruna Hamerski, Antônio Sérgio Araújo Fernandes e Alex Bruno F.M. do Nascimento*

<https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v18i33.862>

**Resumo:** Este artigo apresenta uma revisão de escopo sobre a produção acadêmica relacionada ao governo aberto, com ênfase em sua articulação com variáveis institucionais, especificamente participação cidadã, cooperação interfederativa e equilíbrio fiscal. A pesquisa parte do reconhecimento de que, embora a agenda do governo aberto tenha avançado no Brasil, persistem lacunas analíticas, particularmente no que se refere à integração dessas práticas com elementos estruturantes da governança pública. A partir de uma busca sistemática nas bases SciELO, Scopus e Web of Science, foram identificados enfoques predominantes e vazios teóricos na literatura nacional e internacional. Os resultados evidenciam a prevalência de abordagens tecnocráticas e normativas, em detrimento de análises que considerem os condicionantes institucionais. O estudo propõe que a compreensão do governo aberto como estratégia transversal requer incorporar dimensões estruturais da gestão pública, superando visões fragmentadas. Conclui-se que a revisão oferece uma contribuição analítica ao conectar a agenda de pesquisa de governo aberto com variáveis institucionais, estabelecendo, assim, uma base para estudos empíricos no Brasil e comparados internacionalmente.

**Palavras-chave:** governo aberto, variáveis institucionais, participação cidadã, equilíbrio fiscal, cooperação federativa

**Abstract:** This article presents a scoping review of the academic production related to open government, with emphasis on its articulation with institutional variables, specifically citizen participation, inter-federative cooperation, and fiscal balance. The research acknowledges that, although the open government agenda has advanced in Brazil, analytical gaps persist, particularly regarding the integration of these practices with structuring elements of public governance. Based on a systematic search in the SciELO, Scopus, and Web of Science databases, predominant approaches and theoretical gaps in national and international literature were identified. The results highlight the prevalence of technocratic and normative approaches to the detriment of

1. Artigo submetido em 04/09/2025 e aceito em 08/05/2026.

analyses that consider institutional determinants. The study proposes that understanding open government as a cross-cutting strategy requires incorporating structural dimensions of public management, overcoming fragmented views. It concludes that the review offers an analytical contribution by connecting the open government research agenda with institutional variables, thus establishing a basis for empirical studies in Brazil and international comparisons.

**Keywords:** open government, institutional variables, citizen participation, fiscal balance, federative cooperation

**Resumen:** Este artículo presenta una revisión de alcance sobre la producción académica relacionada con el gobierno abierto, con énfasis en su articulación con variables institucionales, específicamente participación ciudadana, cooperación interfederativa y equilibrio fiscal. La investigación parte del reconocimiento de que, aunque la agenda del gobierno abierto ha avanzado en Brasil, persisten vacíos analíticos, particularmente en lo que se refiere a la integración de estas prácticas con elementos estructurantes de la gobernanza pública. A partir de una búsqueda sistemática en las bases SciELO, Scopus y Web of Science, se identificaron enfoques predominantes y vacíos teóricos en la literatura nacional e internacional. Los resultados evidencian la prevalencia de enfoques tecnocráticos y normativos, en detrimento de análisis que consideren los condicionantes institucionales. El estudio propone que la comprensión del gobierno abierto como estrategia transversal requiere incorporar dimensiones estructurales de la gestión pública, superando visiones fragmentadas. Se concluye que la revisión ofrece una contribución analítica al conectar la agenda de investigación sobre gobierno abierto con variables institucionales, estableciendo así una base para estudios empíricos en Brasil y comparaciones internacionales.

**Palabras clave:** gobierno abierto, variables institucionales, participación ciudadana, equilibrio fiscal, cooperación federativa

## 1. Introdução

Nas últimas décadas, o conceito de governo aberto consolidou-se nas agendas de governança pública, associado à transparência, à participação e à colaboração. Um marco relevante foi o Memorando sobre Transparência e Governo Aberto (2009), que impulsionou sua difusão internacional. A partir desse contexto, a literatura passou a se estruturar de forma mais consistente, incorporando temas como *open data*, inovação no setor público e participação digital. Contudo, apesar da crescente adoção de políticas de governo aberto no país, ainda são escassas as análises que abordem sua interface com dimensões institucionais. Aspectos como a participação cidadã (Fraundorfer, 2017; Freitas et al., 2019), o equilíbrio fiscal (Schommer & Quiñonez, 2024; Craiveiro et al., 2016) e a cooperação interfederativa entre os entes da federação (Wiedenhöft et al., 2023b; Przeybilovicz & Cunha, 2018; Tygel et al., 2016) são frequentemente tratados de modo fragmentado, quando não ausentes. Tal lacuna limita a compreensão do governo aberto como estratégia transversal de governança, capaz de integrar diferentes dimensões de política pública (Breláz et al., 2025).

Diante desse cenário, esta revisão de escopo tem por objetivo mapear como a produção acadêmica

sobre governo aberto se articula com variáveis institucionais (participação cidadã, cooperação interfederativa e equilíbrio fiscal). Esse recorte se justifica pela predominância de abordagens que tratam o governo aberto de forma isolada, centradas em transparência e participação digital, sem articulá-lo aos arranjos federativos e às condições fiscais que condicionam sua viabilidade (Ipea, 2024; Mariani & Bessa, 2022; Rufino Filho et al., 2024; Delgado, 2024; Tai, 2021).

A partir de uma busca sistemática nas bases *Scopus*, *Web of Science* e *SciELO*, o artigo busca identificar os enfoques predominantes, as lacunas e oportunidades de pesquisa que emergem da literatura (Romão et al., 2025; Santos, 2018). Espera-se contribuir para o debate sobre governo aberto no Brasil, evidenciando a necessidade de abordagens mais integradas e interdisciplinares, que considerem as condições institucionais para a efetividade dessa agenda de pesquisa no âmbito local (Rutherford & Wightman, 2021; Howlett, 2004).

## 2. Governo aberto e variáveis institucionais

O conceito de governo aberto ganhou destaque internacional no início do século XXI, impulsionado por iniciativas como a Open Government Partnership

(OGP), marcos normativos internacionais, como o memorando de Barack Obama (Obama, 2009), e por avanços tecnológicos que ampliaram o acesso à informação e à participação (Siqueira et al., 2025). Contudo, apesar de seu papel na promoção da transparência e da *accountability*, há limitações quando dissociado de mecanismos institucionais mais amplos de participação e governança (Harrison et al., 2012; Attard et al., 2015). Piotrowski et al. (2022) alertam, ainda, para o fenômeno do *openwashing*, em que o discurso da abertura é apropriado por governos sem a implementação, o que compromete a credibilidade institucional. No Brasil, a adesão à OGP em 2011 e a promulgação da Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011) consolidaram a agenda da transparência. Entretanto, a implementação no nível municipal enfrenta obstáculos como desigualdade institucional e ausência de cultura administrativa voltada à abertura (Dias et al., 2019).

Nesse contexto, a análise do governo aberto a partir de variáveis institucionais desloca o foco dos instrumentos para as condições que sustentam sua implementação. Essas variáveis compreendem elementos formais e informais que estruturam a ação estatal (como normas, capacidades organizacionais e padrões de interação) influenciando processos decisórios e resultados na gestão pública (Rutherford & Wightman, 2021; Howlett, 2004). Assim, são fundamentais para compreender como práticas de transparência, participação e colaboração se incorporam à ação estatal.

O enquadramento teórico ancora-se no neoinstitucionalismo sociológico, que compreende as instituições como estruturas que moldam práticas e padrões de interação na ação estatal (March & Olsen, 1984; Scott, 2008). Nessa perspectiva, o governo aberto é analisado como um arranjo institucional condicionado por normas, capacidades organizacionais e dinâmicas de coordenação (Howlett, 2004, 2009; Ostrom, 1996). As variáveis mobilizadas (participação cidadã, equilíbrio fiscal e cooperação interfederativa) expressam, respectivamente, dimensões de interação Estado-sociedade, sustentabilidade institucional e coordenação federativa (Feiock, 2007), reforçando uma abordagem relacional das instituições e sua influência na efetividade do governo aberto. Assim, analisar variáveis institucionais é importante para avaliar não apenas a existência de mecanismos de governo aberto, mas também sua efetividade prática.

Isso possibilita identificar fatores que favorecem ou limitam sua institucionalização, como participação qualificada, gestão fiscal e cooperação federativa, dimensões estratégicas para o fortalecimento do governo aberto nos municípios brasileiros (Ingrams, 2017).

À luz desse enquadramento, o estudo organiza as variáveis em três dimensões institucionais: participação cidadã, como expressão da abertura político-democrática (Ostrom, 1996; Pestoff, 2006); equilíbrio fiscal, como condição de sustentabilidade estatal (O'Connor, 1973; Ingrams, 2017; Grimmeli-khuijsen & Feeney, 2017); e cooperação interfederativa, como mecanismo de coordenação entre níveis de governo (Feiock, 2007; Agranoff, 2004). Nesse sentido, o governo aberto é compreendido como um arranjo institucional complexo, cuja efetividade depende da articulação entre essas dimensões, superando abordagens fragmentadas e estritamente normativas.

### 3. Metodologia

Trata-se de uma revisão de escopo que mapeia e analisa a produção acadêmica sobre governo aberto em articulação com variáveis institucionais, com foco em participação cidadã, equilíbrio fiscal e cooperação interfederativa. A escolha desse método justifica-se pelo caráter exploratório do tema e pela necessidade de identificar lacunas e tendências no campo. O estudo seguiu o modelo de Arksey e O'Malley (2005), garantindo rigor e transparência, e foi organizado em etapas de definição da questão, seleção dos estudos, extração dos dados e síntese dos resultados.

#### 3.1. Identificação da questão de pesquisa

A revisão foi guiada pela seguinte questão: como a produção acadêmica tem abordado a relação entre governo aberto e variáveis institucionais, especialmente participação cidadã, cooperação interfederativa e equilíbrio fiscal? Essa questão decorre da percepção de lacunas na integração dessas dimensões na literatura.

Para aprofundá-la, desdobram-se duas questões específicas: (i) como essas relações são abordadas nos estudos acadêmicos; e (ii) quais são os enfoques predominantes, lacunas analíticas e formas de articulação entre essas variáveis no campo.

### 3.2. Identificação dos estudos relevantes

O levantamento bibliográfico foi concentrado nas bases *Scopus*, *Web of Science* e *SciELO*. A estratégia de busca foi desenhada a partir do conceito de *open government*, cruzado com descritores con-

solidados no debate internacional, tais como *public transparency*, *accountability*, *open data*, *citizen participation*, *intergovernmental relations*, *multi-level governance*, *public governance* e *institutional factors*, conforme a Figura 1:



Fonte: Elaboração própria (2026).

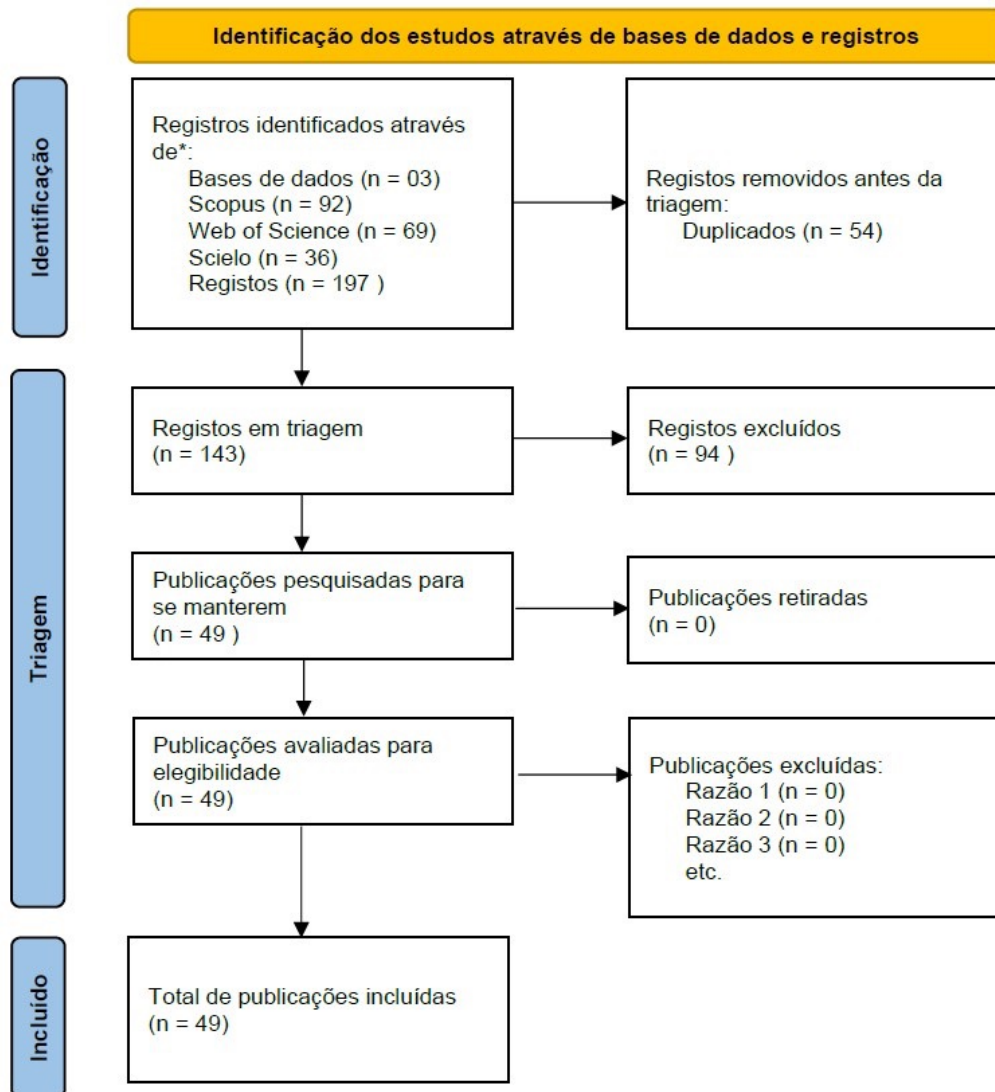
As estratégias de busca foram aplicadas nas bases, respeitando as variações técnicas de cada uma, conforme quadro disponível no apêndice A. Não houve limitação por período temporal, visando captar a evolução histórica do debate, e o critério de idioma restringiu-se a publicações em português e inglês.

### 3.3. Seleção dos estudos

A escolha dos trabalhos ocorreu em várias etapas. Primeiramente, foram recuperados 197 registros, os quais foram transferidos para a plataforma Rayyan para simplificar a gestão, a identificação de duplicatas e a aplicação dos critérios de triagem. A seleção foi realizada por dois revisores independentes, e eventuais discordâncias foram resolvidas por consenso.

Após a remoção de 54 duplicatas, sobraram 143 estudos para a fase de triagem. Nesta etapa, títulos e resumos foram examinados para confirmar a conformidade com o tema. Os textos que atenderam a esse critério foram lidos na íntegra para a aplicação final dos requisitos de inclusão.

Foram definidos critérios explícitos de inclusão e exclusão dos estudos, tendo sido incluídos: (i) artigos científicos publicados em periódicos; (ii) estudos disponíveis em português ou inglês; (iii) pesquisas com afiliação institucional no Brasil ou com foco empírico no contexto brasileiro; e (iv) trabalhos que abordassem o governo aberto em articulação com pelo menos uma das variáveis institucionais. Não foi estabelecido recorte temporal. Foram excluídos: (i) documentos duplicados; (ii) estudos sem acesso ao texto completo; e (iii) publicações que abordassem o governo aberto de forma isolada, sem conexão analítica com alguma das variáveis investigadas. A adoção do critério de inclusão de ao menos uma variável considera que a literatura ainda apresenta tratamento fragmentado dessas dimensões. Ao mesmo tempo, preserva-se a coerência analítica ao exigir que os estudos estabeleçam alguma articulação, ainda que parcial, com o enquadramento institucional adotado (Ingrams, 2017; Meijer et al., 2012).

**FIGURA 2 • CAMINHO DA REVISÃO DE LITERATURA**

Fonte: Adaptado de Page et al. (2021).

### 3.4. Extração e mapeamento dos dados

A extração dos dados foi realizada de forma sistemática, com base em protocolo previamente definido, registrando-se, para cada estudo, autores, ano, objetivo, contexto empírico e articulação com as variáveis analisadas. As informações foram organizadas em quadro-síntese, permitindo identificar padrões e lacunas na literatura. O mapeamento bibliométrico foi conduzido com o software VOSviewer, por meio de duas técnicas: (i) coocorrência de palavras-chave e (ii) acoplamento bibliográfico. Na análise de coocorrência, utilizaram-se as *author keywords*, com método de contagem plena (*full counting*) e limiar mínimo de duas ocorrências por termo. As relações foram normalizadas pelo método de associação (*association strength*), com identificação automática de clusters.

Na análise de acoplamento bibliográfico, consideraram-se os 49 artigos da amostra, a partir das referências compartilhadas, adotando-se o mesmo método de contagem e normalização. Os clusters foram gerados automaticamente pelo software e interpretados à luz do referencial teórico, permitindo identificar conexões, tendências e lacunas no campo.

### 3.5. Síntese e apresentação dos resultados

Os resultados foram organizados e analisados de maneira descritiva e analítica. Para enriquecer a análise, foram realizados procedimentos bibliométricos que auxiliaram na identificação dos principais núcleos temáticos e na compreensão da dinâmica da produção científica na área. Apesar de a amostra de 49 artigos não ser abrangente, considera-se que ela é representativa e adequada para atender ao propó-

sito de uma revisão de escopo, que é fornecer uma visão geral estruturada e indicar caminhos para pesquisas futuras.

#### 4. Resultados e discussão

A análise dos 49 artigos selecionados evidencia que a literatura sobre governo aberto se estrutura a partir de diferentes enfoques, que vão desde abordagens normativas, centradas em princípios como transparência, participação e *accountability*, até análises empíricas e críticas, que problematizam as condições reais de implementação dessas iniciativas. De modo geral, observa-se que o campo é marcado por um deslocamento progressivo entre o ideal do governo aberto e suas limitações práticas, revelando um descompasso entre discurso e operacionalização.

Em um primeiro plano, predomina na literatura uma compreensão normativa do governo aberto, na qual ele é apresentado como estratégia de fortalecimento democrático e ampliação do controle social. Estudos como os de Brelàz et al. (2025), Matoso e Dias (2025), Pereira et al. (2017) e Oliveira e Ckagnazaroff (2023) enfatizam o potencial transformador da transparência, da participação e da colaboração, tratando o governo aberto como mecanismo de geração de valor público e aprimoramento da governança. Nessa perspectiva, a transparência é frequentemente compreendida como condição suficiente para promover o engajamento cidadão, assumindo-se uma relação direta entre disponibilização de dados e participação. No entanto, essa abordagem tende a não problematizar as condições necessárias para que tal relação se concretize na prática.

Quando se avança para análises empíricas, esse pressuposto passa a ser tensionado. Estudos como os de Wiedenhöft et al. (2023a), Kawashita et al. (2024) e Macedo et al. (2025) demonstram que a efetividade das iniciativas de governo aberto depende fortemente de fatores institucionais, como capacidade estatal, coordenação entre órgãos, cultura organizacional e apoio político. Barreiras como fragmentação administrativa, ausência de integração entre sistemas e baixa priorização governamental aparecem de forma recorrente, indicando que a existência de instrumentos formais não garante sua implementação efetiva. No mesmo sentido, Mendoza (2013) evidencia que, em contextos federativos, a ausência de cooperação intergovernamental compromete a viabilidade do governo aberto, enquanto Chávez e Otero (2021) mostram que a própria base normativa pode apresentar lacunas que limitam a efetividade das políticas de transparência.

Além das condições institucionais, a literatura aponta para a centralidade da infraestrutura técnico-informacional. Estudos como os de Duan et al. (2020), Sano et al. (2024) e Oliveira e da Fonseca (2021) demonstram que a simples disponibilização de dados não garante sua utilização, uma vez que problemas de qualidade, falta de padronização, inconsistência e baixa interoperabilidade comprometem sua inteligibilidade. Como evidenciado por Oliveira e da Fonseca (2021), dados desestruturados dificultam análises básicas, enquanto Duan et al. (2020) mostram que inconsistências podem comprometer inclusive a tomada de decisão pública. Nesse contexto, DeNardis (2010) contribui ao evidenciar que padrões técnicos e interoperabilidade constituem uma dimensão estrutural da governança, condicionando as próprias possibilidades de abertura e uso da informação.

Outro eixo relevante refere-se ao comportamento dos usuários. Souza et al. (2022) demonstram que a participação cidadã não ocorre automaticamente a partir da disponibilização de dados, sendo mediada por fatores como confiança no governo, facilidade de uso das plataformas e percepção de utilidade. Esses achados indicam que, mesmo quando há infraestrutura disponível, o baixo engajamento limita o potencial das iniciativas de governo aberto, reforçando a ideia de que a participação depende de dimensões cognitivas e perceptivas que extrapolam a oferta de informação.

Por fim, uma parcela da literatura adota uma perspectiva crítica, questionando o próprio caráter do governo aberto. Fraundorfer (2017) argumenta que iniciativas como a *Open Government Partnership (OGP)* podem operar como uma “cortina de fumaça”, produzindo transparência formal sem efetividade prática. No mesmo sentido, Mariani e Bessa (2025) evidenciam que os instrumentos de governo aberto não são neutros, mas estruturam relações de poder, delimitando as formas de acesso à informação e participação. Romão et al. (2025), ao analisarem os planos de ação da OGP no Brasil, mostram que, mesmo em contextos de institucionalização da participação, persistem assimetrias decisórias e limitações na influência efetiva da sociedade civil.

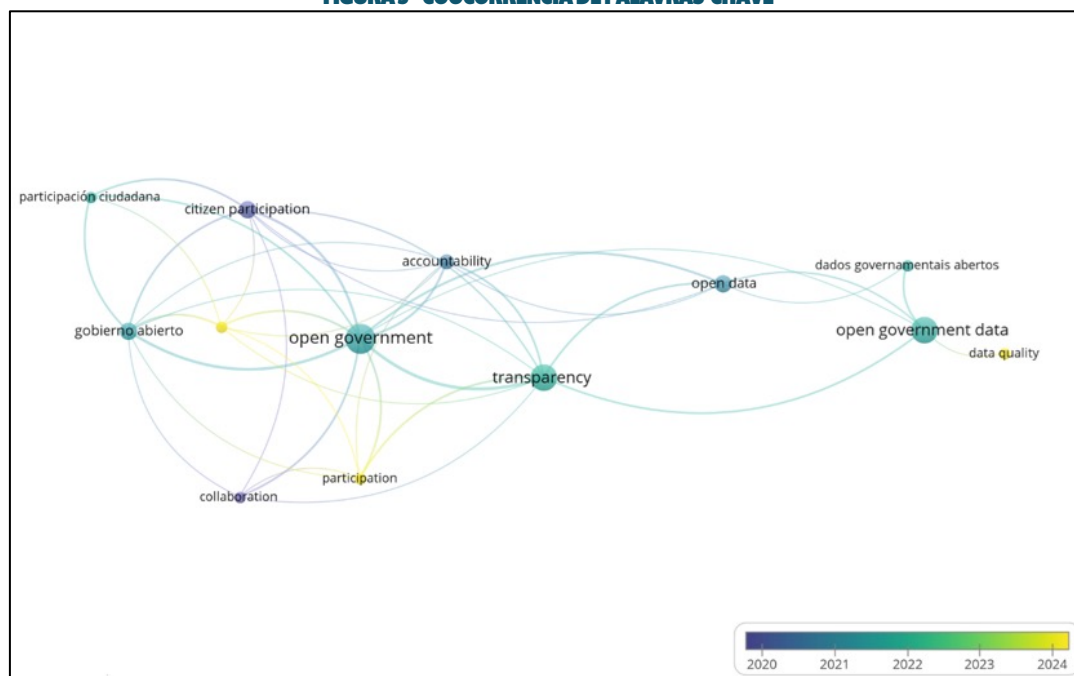
Diante desse conjunto de evidências, torna-se possível afirmar que o governo aberto não falha por ausência de princípios ou instrumentos, mas pela fragilidade das condições que sustentam sua operacionalização. A transparência não se traduz automaticamente em inteligibilidade, como demonstram Oliveira e da Fonseca (2021) e Sano et al. (2024); a

participação não implica redistribuição efetiva de poder, como evidenciam Fraundorfer (2017) e Mariani e Bessa (2025); e a disponibilidade de dados não garante seu uso, conforme apontam Souza et al. (2022) e Wiedenhöft et al. (2023a). Assim, o governo aberto pode ser compreendido como um arranjo sociotécnico complexo, cuja efetividade depende da articulação entre dimensões normativas, institucionais, técnicas e comportamentais. A ausência de integração entre essas dimensões resulta em iniciativas fragmentadas, limitadas ou meramente formais, evidenciando as tensões estruturais que atravessam o campo.

#### 4.1. Mapa de coocorrência a partir das palavras de busca

Para aprofundar a compreensão dos temas mais recorrentes na literatura sobre governo aberto, apresenta-se a análise de coocorrência de palavras-chave, permitindo identificar os termos mais frequentemente utilizados nos estudos selecionados, bem como suas articulações conceituais, evidenciando os eixos temáticos centrais e as dimensões menos exploradas no campo.

FIGURA 3 • COCORRÊNCIA DE PALAVRAS-CHAVE



Fonte: Elaboração própria (2026).

Embora não tenha sido estabelecido recorte temporal, a amostra concentra-se em publicações recentes, refletindo a consolidação ainda emergente do campo de governo aberto, impulsionada por iniciativas institucionais e avanços tecnológicos.

A análise de coocorrência foi realizada com o software VOSviewer, adotando-se como critério mínimo duas ocorrências por termo e método de contagem plena (*full counting*), o que resultou na identificação de 13 nós centrais (Figura 3). A sobreposição temporal indica que termos como *citizen participation* e *accountability* estão consolidados, enquanto *data quality* emerge como tendência recente, evidenciando uma transição de abordagens tecnológicas para perspectivas mais integradas de governança. O cluster roxo ocupa posição intermediária, com es-

tudos que articulam diferentes abordagens, atuando como elo entre contribuições consolidadas e perspectivas emergentes.

Como demonstrado na rede, *open government* ocupa posição central, articulando-se com *transparency*, *open data*, *accountability* e *citizen participation*, o que confirma a predominância de uma abordagem normativa. Contudo, a distribuição temporal indica uma inflexão no campo: enquanto *citizen participation* e *accountability* aparecem consolidados, *data quality* emerge como tema recente, sinalizando o deslocamento para análises voltadas às condições técnicas e institucionais de implementação.

Observa-se, ainda, que termos técnicos como *open data* e *data quality* se conectam mais diretamente a *transparency* do que a *participation*, in-

dicando uma dissociação entre essas dimensões. Além disso, conceitos como *collaboration* e *participation* ocupam posições periféricas, sugerindo sua presença mais normativa do que empírica.

Por fim, destaca-se a ausência de termos relacionados a equilíbrio fiscal e cooperação interfederativa, evidenciando lacunas na literatura quanto às dimensões estruturais do governo aberto.

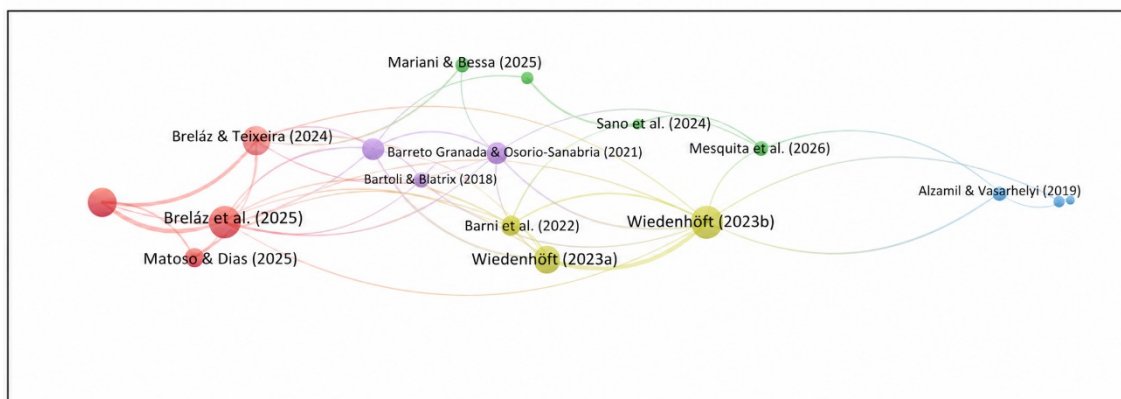
#### 4.2. Mapa de acoplamento bibliográfico dos artigos selecionados

Nesta etapa da análise, apresenta-se o acoplamento bibliográfico aplicado aos artigos selecionados, usando como método de contagem “*full counting*”.

Esse procedimento permite identificar agrupamentos de produção científica, evidenciar convergências temáticas, afinidades teóricas e apontar lacunas ainda pouco exploradas na literatura sobre governo aberto.

Para essa análise, definiram-se os 49 artigos como unidade de análise. O acoplamento bibliográfico foi operacionalizado por meio do *software VOSviewer*, permitindo a visualização das redes de similaridade entre os trabalhos.

FIGURA 4 - ACOPLAMENTO BIBLIOGRÁFICO



Fonte: Elaboração própria (2026).

A análise de acoplamento bibliográfico evidencia a formação de quatro clusters principais. O cluster vermelho concentra estudos com forte articulação empírica e foco institucional; o amarelo configura o núcleo teórico do campo, articulando transparência, dados abertos e governança; o roxo ocupa posição intermediária, conectando abordagens consolidadas e emergentes; e o verde reúne produções mais recentes, voltadas a novas problematizações, especialmente relacionadas a poder e limitações do governo aberto. Observa-se ainda um *subcluster* periférico, indicando linhas pouco integradas ao debate central.

De modo geral, a rede revela um campo em consolidação, marcado pela coexistência de núcleos estruturados e frentes emergentes, bem como por lacunas analíticas, especialmente na articulação entre dimensões normativas, institucionais e técnicas e na incorporação de temas como cooperação interfederativa e sustentabilidade fiscal.

#### 4.3. Governo aberto como arranjo sociotécnico: tensões entre promessa, capacidade institucional e efetividade

A análise integrada dos estudos selecionados e dos padrões identificados evidencia que o governo aberto não pode ser compreendido apenas como um conjunto de princípios normativos, mas como um arranjo sociotécnico complexo, cuja efetividade depende da articulação entre dimensões institucionais, informacionais e comportamentais. Essa interpretação permite avançar para além de leituras prescritivas, situando o governo aberto no interior de dinâmicas estruturais que condicionam sua implementação, conforme já sugerido por abordagens que destacam a centralidade da governança e da capacidade estatal no campo (Breláz et al., 2025; Pereira et al., 2017).

Sob a perspectiva do neoinstitucionalismo, os achados indicam que a adoção de práticas associadas ao governo aberto responde, em grande me-

didada, a pressões institucionais por legitimidade, mais do que a transformações substantivas das capacidades estatais. Evidências empíricas mostram que instrumentos como portais de transparência e iniciativas de dados abertos são frequentemente implementados de forma desarticulada, sem integração com políticas mais amplas de governança (Araújo et al., 2016; Kawashita et al., 2024; Wiedenhöft et al., 2023a). Nesse sentido, a incorporação do governo aberto tende a ocorrer como resposta a expectativas normativas, nacionais e internacionais, sem necessariamente alterar estruturas organizacionais, rotinas administrativas ou processos decisórios (Chávez & Otero, 2021; Mariani & Bessa, 2025).

Além disso, os resultados reforçam que a capacidade institucional constitui um fator determinante para a efetividade dessas iniciativas. Estudos apontam que limitações como fragmentação administrativa, baixa coordenação entre órgãos, ausência de apoio político e escassez de recursos comprometem a implementação do governo aberto (Macedo et al., 2025; Wiedenhöft et al., 2023b; Mendoza, 2013). Em contextos federativos, a ausência de articulação entre níveis de governo agrava esse cenário, dificultando a integração das políticas e a consistência das iniciativas (Mendoza, 2013; Romão et al., 2025). Esses achados convergem ao indicar que o governo aberto não se sustenta apenas na existência de instrumentos formais, mas na capacidade do Estado de coordenar e integrar suas ações.

No plano técnico-informacional, a literatura evidencia que a infraestrutura de dados constitui uma dimensão estruturante do governo aberto. Diversos estudos demonstram que problemas relacionados à qualidade dos dados, falta de padronização, inconsistência das informações e baixa interoperabilidade limitam significativamente sua utilidade (Duan et al., 2020; Oliveira & da Fonseca, 2021; Sano et al., 2024). Em muitos casos, os dados encontram-se disponíveis, mas não são inteligíveis, o que compromete tanto a tomada de decisão quanto o controle social (Oliveira & da Fonseca, 2021; Macedo et al., 2025). Nesse contexto, a contribuição de DeNardis (2010) é particularmente relevante ao evidenciar que padrões técnicos e interoperabilidade operam como formas de regulação, condicionando as próprias possibilidades de acesso e uso da informação. Assim, a transparência, quando dissociada de condições técnicas adequadas, tende a assumir caráter predominantemente formal.

A análise de coocorrência de termos reforça essa interpretação, ao evidenciar uma dissociação entre

os eixos de transparência, dados abertos e participação cidadã. Embora esses conceitos apareçam articulados no plano discursivo, sua integração empírica é limitada, o que também é observado em estudos que apontam para o baixo uso efetivo dos dados disponibilizados (Kawashita et al., 2024; Wiedenhöft et al., 2023a). A emergência recente de termos como *data quality* indica um deslocamento da literatura em direção à problematização dessas limitações, corroborando evidências de que a abertura de dados, por si só, não garante sua utilização (Duan et al., 2020; Oliveira & da Fonseca, 2021).

No que se refere à dimensão comportamental, os estudos indicam que a participação cidadã não ocorre automaticamente a partir da disponibilização de informações. A literatura demonstra que fatores como confiança no governo, percepção de utilidade, facilidade de uso das plataformas e motivação influenciam diretamente a intenção de uso dos dados (Souza et al., 2022). Essa evidência é consistente com achados que apontam para a baixa apropriação social das iniciativas de governo aberto, mesmo em contextos com infraestrutura tecnológica disponível (Wiedenhöft et al., 2023a; Kawashita et al., 2024). Dessa forma, o engajamento cidadão depende de dimensões cognitivas e contextuais que extrapolam a oferta de informação, tensionando a ideia de que a transparência, por si só, é capaz de promover participação.

Por fim, a dimensão crítica da literatura permite compreender o governo aberto como um campo atravessado por relações de poder. Estudos como os de Fraundorfer (2017) indicam que iniciativas como a Open Government Partnership podem operar como mecanismos de legitimação simbólica, produzindo transparência formal sem efetividade substantiva. No mesmo sentido, Mariani e Bessa (2025) demonstram que os instrumentos de governo aberto estruturam relações de poder, delimitando as formas de acesso à informação e participação. Evidências empíricas mostram que, mesmo em processos institucionalizados de participação, persistem assimetrias decisórias e limitações na influência efetiva da sociedade civil (Romão et al., 2025). Esses achados sugerem que a participação tende a assumir caráter consultivo ou simbólico, sem necessariamente implicar redistribuição de poder.

Diante desse conjunto de evidências, torna-se possível afirmar que as limitações do governo aberto não decorrem da ausência de instrumentos ou diretrizes normativas, mas da fragilidade das condições que sustentam sua operacionalização. A transpa-

rência não se converte automaticamente em inteligibilidade (Oliveira & da Fonseca, 2021; Sano et al., 2024), a participação não implica redistribuição efetiva de poder (Fraundorfer, 2017; Mariani & Bessa, 2025) e a disponibilidade de dados não garante seu uso (Souza et al., 2022; Wiedenhöft et al., 2023a). Assim, o governo aberto deve ser compreendido como um arranjo sociotécnico que articula instituições, tecnologias e atores sociais, cuja efetividade depende da integração entre essas dimensões.

Essa interpretação contribui para o avanço do campo, ao deslocar o debate de uma perspectiva prescritiva para uma abordagem analítica, evidenciando as tensões estruturais que atravessam o governo aberto. Ao mesmo tempo, aponta para a necessidade de ampliação do escopo das pesquisas, especialmente no que se refere a dimensões ainda pouco exploradas, como cooperação interfederativa e equilíbrio fiscal, fundamentais para a compreensão das condições reais de implementação dessas políticas.

## 5. Considerações finais

Os resultados evidenciam a predominância de uma abordagem normativa na literatura sobre governo aberto, centrada em transparência, participação e accountability, em contraste com evidências empíricas que apontam limitações associadas à capacidade institucional, à qualidade da infraestrutura informacional e ao baixo engajamento cidadão. Essa dissociação entre promessa normativa e efetividade prática indica que o governo aberto não se realiza de forma automática, dependendo da articulação entre condições institucionais, técnicas e comportamentais.

Nesse sentido, o estudo contribui ao propor a compreensão do governo aberto como um arranjo sociotécnico, marcado por tensões estruturais entre transparência e inteligibilidade da informação, participação formal e redistribuição de poder, bem como entre disponibilidade e uso efetivo de dados. Essa abordagem permite avançar para além de leituras instrumentais, evidenciando os condicionantes que atravessam sua implementação.

Ademais, a análise revela lacunas relevantes na literatura, especialmente no que se refere à marginalização de dimensões como cooperação interfederativa e equilíbrio fiscal, fundamentais para compreender a sustentabilidade e a coordenação das políticas de governo aberto. Tais lacunas indicam que o campo ainda privilegia a relação entre Estado e sociedade, em detrimento das dinâmicas internas do aparato estatal.

Do ponto de vista metodológico, a articulação entre análise qualitativa e técnicas bibliométricas mostrou-se adequada para identificar padrões, tendências e ausências no campo, embora limitada pelo recorte de bases e critérios adotados.

Por fim, propõe-se como agenda de pesquisa o aprofundamento das condições institucionais e intergovernamentais do governo aberto, com ênfase na integração entre dimensões normativas, técnicas e estruturais, bem como na incorporação de variáveis ainda pouco exploradas. Avançar nessa direção é fundamental para consolidar abordagens mais analíticas e menos prescritivas, contribuindo para o amadurecimento do campo.

## 6. Referências

- Agranoff, R. (2004). Leveraging networks: A guide for public managers working across organizations. In J. M. Kamensky & T. J. Burlin (Eds.), *Collaboration: Using networks and partnerships* (pp. 61-102). Rowman & Littlefield.
- Alzamil, Z. S., & Vasarhelyi, M. A. (2019). A new model for effective and efficient open government data. *International Journal of Disclosure and Governance*. <https://doi.org/10.1057/s41310-019-00066-w>
- Araújo, A. C., Reis, L., & Sampaio, R. C. (2016). Do transparency and open data walk together? An analysis of initiatives in five Brazilian capitals. *Medijske Studije*, 7(14), 31-46. <https://doi.org/10.20901/ms.7.14.6>
- Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: Towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, 8(1), 19-32. <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>

- Attard, J., Orlandi, F., Scerri, S., & Auer, S. (2015). A systematic review of open government data initiatives. *Government Information Quarterly*, 32(4), 399–418. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.07.006>
- Barreto Granada, P. L., & Osorio-Sanabria, M. A. (2021). Análisis comparado de la adopción de gobierno abierto en países de América Latina. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, 159, 911–959. <https://doi.org/10.22201/ijj.24484873e.2020.159.15794>
- Barni, G. A. C., Moraes, M. F. de, Borré, A. C., & Tezzo, R. (2022). Visibilidade dos dados nos portais de dados governamentais abertos da América Latina. *Innovar*, 32(85), 187–203. <https://doi.org/10.15446/innovar.v32n85.101127>
- Bartoli, A., & Blatrix, C. (2018). Toward a transparent and responsible public action? The case of Open Government Partnership. *Revue française d'administration publique*, 166(2), 275–292. <https://doi.org/10.3917/rfap.166.0275>
- Breláz, G., Dias, T. F., Reinecke, L. F. G., Nascimento, A. B. F. M., & Rodrigues, D. C. (2025). Open government: Paths to transparency, open data, participation, collaboration and accountability. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 30, e92960. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v30.92960>
- Breláz, G., & Teixeira, M. A. C. (2024). Open government? Democracy and transparency backsliding in Latin America's populist governments. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, 89, 73–103. <https://doi.org/10.69733/clad.ryd.n89.a396>
- Chávez, F. W. P., & Otero, J. M. R. (2021). Análisis comparado de la legislación sobre transparencia y acceso a la información pública en los países de Mercosur. *RISTI - Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, E40, 78–91. <https://www.risti.xyz/issues/ristie40.pdf>
- Craveiro, G., Machado, J. A. S., & Machado, J. S. (2016). The use of open government data to citizen empowerment. In Bertot, J., Estevez, E., & Mellouli, S. (Eds.), *9th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance* (pp. 398–399). ICEGOV. <https://doi.org/10.1145/2910019.2910076>
- Delgado, M. V. A. (2024). *(In)capacidades estatais: uma análise de fatores institucionais na implementação da política de governo aberto no Brasil (2011–2022)*. [Dissertation, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. [https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPED/Teses/2024/Tese\\_Marcos\\_Vinicius\\_Delgado\\_Versao\\_Final.pdf](https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPED/Teses/2024/Tese_Marcos_Vinicius_Delgado_Versao_Final.pdf)
- DeNardis, L. (2010). *E-Governance Policies for Interoperability and Open Standards*. *Policy & Internet*, 2(3), 129–164. <https://doi.org/10.2202/1944-2866.1060>
- Dias, T. F., Garcia, A. B. R., & Camilo, N. L. F. (2019). Um olhar sobre o governo aberto no nível subnacional: o índice institucional do governo municipal aberto nas principais cidades do Brasil. *GIGAPP Estudios Working Papers*, 6(111–115), 83–100. <https://www.gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/135/155>
- Duan, H. K., Hu, H., Vasarhelyi, M., Rosa, F. S. & Lyrio, M. V. L. (2020). Open Government Data (OGD) driven decision aid: A predictive model to monitor COVID-19 and support decisions in a Brazilian State. *Revista do Serviço Público*, 71, 140–164. <https://doi.org/10.21874/rsp.v71i0.5009>
- Feiock, R. C. (2007). Rational choice and regional governance. *Journal of Urban Affairs*, 29(1), 47–63. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9906.2007.00322.x>
- Fraundorfer, M. (2017). *The Open Government Partnership: Mere Smokescreen or New Paradigm? Globalizations*, 14(4), 611–626. <https://doi.org/10.1080/14747731.2016.1236463>
- Freitas, J.L., Macadar, M., & Henriqson, E. (2019). Electronic participation in Uruguay, Chile and Colombia from the communicative action theory. *Revista do Serviço Público*, 70(2), 239–266. <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i2.3238>
- Grimmelikhuijsen, S., & Feeney, M. K. (2017). Developing and testing an integrative framework for open government adoption in local governments. *Public Administration Review*, 77(4), 579–590. <https://doi.org/10.1111/puar.12689>
- Harrison, T. M., Pardo, T. A., & Cook, M. (2012). Creating open government ecosystems: A research and development agenda. *Future Internet*, 4(4), 900–928. <https://doi.org/10.3390/fi4040900>
- Howlett, M. (2004). Administrative styles and regulatory reform: Institutional arrangements and their effects on administrative behavior. *International Public Management Journal*, 7(3), 317–333. <https://ipmr.net/index.php/ipmr/article/view/148>
- Howlett, M. (2009). Government communications as a policy tool: A framework for analysis. *The Canadian Political Science Review*, 3(2), 23–37. <https://doi.org/10.24124/c677/2009134>
- Ingrams, A. (2017). The transparency performance puzzle: A fuzzy set qualitative comparative analysis of policy failure in open government initiatives. *Information Polity*, 22(1), 25–39. <https://doi.org/10.3233/IP-160014>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). (2024). *As Relações interfederativas no Brasil e o desafio de formular, implementar e monitorar a PNDU*. Ipea. <https://dx.doi.org/10.38116/RI-RIBDFIMP>
- Kawashita, I., Baptista, A. A., Soares, D., & Andrade, M. (2024). Open government data use: The Brazilian states and federal district cases. *PLoS ONE*, 19(3), e0298157. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0298157>
- Macedo, J. M. A., Becker, V., Sá, F. M. F., Rocha Filho, E. V., & Cavalcanti, D. Q. (2025). Avaliação de sistemas de governo aberto e de transparência pública nas capitais brasileiras. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, 30, e90832. <https://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v30.90832>

- March, J. G., & Olsen, J. P. (1984). The new institutionalism: Organizational factors in political life. *American Political Science Review*, 78(3), 734–749. <https://doi.org/10.2307/1961840>
- Mariani, C. B., & Bessa, L. F. M. (2022). Governo Aberto no Brasil: Como a instrumentação da ação pública fomentou novas abordagens para a governança da participação social. *Revista Estado, Gobierno y Gestión Pública*, 20(38), 11–33. <https://doi.org/10.5354/0717-8980.2022.67250>
- Mariani, C., & Bessa, L. (2025). Open government in Brazil: Reflections on the power relations revealed through the instrumentation of public action. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 30, e90078. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v30.90078>
- Matoso, A. C. A. O., & Dias, T. F. (2025). Parlamento abierto: análisis de las prácticas institucionales en las asambleas de los estados del nordeste brasileño. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, 93, 205–235. <https://doi.org/10.69733/clad.ryd.n93.a473>
- Meijer, A., Curtin, D., & Hillebrandt, M. (2012). Open government: Connecting vision and voice. *International Review of Administrative Sciences*, 78(1), 10–29. <https://doi.org/10.1177/0020852311429533>
- Mendoza, R. E. V. (2013). El federalismo cooperativo como factor catalizador de un gobierno abierto. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 58(219), 19–44. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S018519181372302X>
- Mesquita, K. B. F., Baldissera, D., Spritzer, A., Freitas, C. M. D. S., & Cazetta, A. (2026). Survey of Brazilian open budget data portals: Query interfaces and dashboards. *Journal of the Brazilian Computer Society*, 32(1). <https://doi.org/10.5753/jbcs.2026.5449>
- Obama, B. (2009). Memorandum on transparency and open government. *Federal Register*, 74(15), 4685–4686. <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/transparency-and-open-government>
- O'Connor, J. (1973). *The fiscal crisis of the state*. St. Martin's Press.
- Oliveira, D. J. S., & Ckagnazaroff, I. B. (2023). Governo Aberto na Cidade de São Paulo: Uma análise de políticas públicas abertas. *Revista de Administração Contemporânea*, 27(2), e210279. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210279.por>
- Oliveira, W., & da Fonseca, I. (2021). Success factors in opening data: The case of the Central Bank of Brazil. *Revista do Serviço Público*, 72(4), 724–752. <https://doi.org/10.21874/rsp.v72.i4.4535>
- Ostrom, E. (1996). Crossing the great divide: Co-production, synergy, and development. *World Development*, 24, 1073–1087. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(96\)00023-X](https://doi.org/10.1016/0305-750X(96)00023-X)
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ..., Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372(71), 1-9. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Pereira, G. V., Macadar, M. A., Luciano, E. M., & Testa, M. G. (2017). Delivering public value through open government data initiatives in a smart city context. *Information Systems Frontiers*, 19(2), 213–229. <https://doi.org/10.1007/s10796-016-9673-7>
- Pestoff, V. (2006). Citizens and co-production of welfare services. *Public Management Review*, 8(4), 503–519. <https://doi.org/10.1080/14719030601022882>
- Piotrowski, S., Berliner, D., & Ingrams, A. (2022). *The power of partnership in open government: Reconsidering multistakeholder governance reform (information policy)*. The MIT Press.
- Przebilovicz, E., & Cunha, M. (2018). Open Government Data Programs: The political system matters? Revisiting the Dawes' ecosystem model. In M. Janssen, S. A. Chun, V. Weerakkody, A. Zuiderwijk & C. C. Hinnant (Eds.), *Proceedings of the 19th Annual International Conference on Digital Government Research (Dgo 2018): Governance in the Data Age* (pp. 826–827). ACM. <https://doi.org/10.1145/3209281.3209346>
- Romão, W., Rodrigues, M., & Serafim, L. (2025). Co-criação e participação social: Análise dos seis Planos de Ação da Parceria para o Governo Aberto no Brasil (2011–2023). *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 30, e90830. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v30.90830>
- Rufino Filho, E. T., Simoni Júnior, S., & Vettorato, P. (2024). A incipiente cooperação interestadual no federalismo brasileiro: uma análise das compras compartilhadas dos consórcios durante a pandemia de covid-19. *Revista do Serviço Público*, 75(2), 266–289. <https://doi.org/10.21874/rsp.v75i2.1001>
- Rutherford, A., & Wightman, G. (2021). Inside the push for good governance: Institutional predictors of administrative transparency in public organizations. *American Review of Public Administration*, 51(8), 590–604. <https://doi.org/10.1177/02750740211031925>
- Sano, H., Matheus, R., & Vaz, J. C. (2024). Transparency of COVID-19 information: a comparison of open data transparency dashboards. *Ciência da Informação*, 52(2), 17–29. <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v52i2.7077>
- Santos, L. G. M. (2018). Towards the open government ecosystem: Open government based on artificial intelligence for the development of public policies. In M. Janssen, S. A. Chun, V. Weerakkody, A. Zuiderwijk, & C. C. Hinnant (Eds.), *Proceedings of the 19th Annual International Conference on Digital Government Research (Dgo 2018): Governance in the Data Age* (pp. 793–795). ACM. <https://doi.org/10.1145/3209281.3209283>

- Schommer, P., & Quiñonez, A. (2024). Accountability, equitable public services, and open government in Brazil and Colombia. *Revista de Administração Pública*, 58(5), e2024-0008. <https://doi.org/10.1590/0034-761220240008x>
- Scott, W. R. (2008). *Institutions and organizations: Ideas and interests* (3rd ed.). Sage Publications.
- Siqueira, W. R., Sucupira, G. I. C. S., Freitas, L. S., Silva, J. R., Silva Filho, W. K., Borges Júnior, E., & Costa, V. G. (2025). Políticas públicas para governo aberto ou políticas públicas abertas: Uma meta a ser alcançada ou um mecanismo de (re)orientar as ações públicas! *Derecho y Cambio Social*, 22(79), 1-18. <https://ojs.revis-tadcs.com/index.php/revista/article/view/104/84>
- Souza, A. A. C., d'Angelo, M. J., & Lima Filho, R. N. (2022). Effects of predictors of citizens' attitudes and intention to use open government data and Government 2.0. *Government Information Quarterly*, 39(1), 101663. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2021.101663>
- Tai, K.-T. (2021). Open government research over a decade: A systematic review. *Government Information Quarterly*, 38(2), 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2021.101566>
- Tygel, A. F., Attard, J., Orlandi, F., Campos, M. L. M., & Auer, S. (2016). "How much?" is not enough: An analysis of open budget initiatives. In J. Bertot, E. Estevez, & S. Mellouli (Eds.), *9th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance* (pp. 276-286). ICEGOV. <https://doi.org/10.1145/2910019.2910054>
- Wiedenhöft, G. C., Alexopoulos, C., Saxena, S., Rizun, N., & Matheus, R. (2023a). Assessing the failure of open government data initiatives in Brazil. *Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries*, 89(6), e12286. <https://doi.org/10.1002/isd2.12286>
- Wiedenhöft, G. C., Matheus, R., Saxena, S., & Alexopoulos, C. (2023b). Barriers towards open government data value co-creation: An empirical investigation. *Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries*, 89(5), e12270. <https://doi.org/10.1002/isd2.12270>



**Silvia Karina Alves Barros Cardoso**

[silviadpa@hotmail.com](mailto:silviadpa@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4598-5272>

<http://lattes.cnpq.br/4536101677308166>

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com pesquisa em Governo Aberto, dedicada à análise de seus fundamentos institucionais e implicações para a gestão pública. Mestra em Administração Pública pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduada em História pela Universidade de Pernambuco (UPE). Possui especializações nas áreas de Governança, Gestão Pública, Licitações, Compliance e ESG, com atuação acadêmica e profissional voltada à governança pública, contratações públicas e políticas de eficiência no setor público.



**Bruna Hamerski**

[bruh\\_hamerski@hotmail.com](mailto:bruh_hamerski@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2029-394X>

<http://lattes.cnpq.br/3452726932433579>

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Doutora em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e graduada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Desenvolve pesquisas sobre participação a partir de abordagens interpretativas e críticas, e tem se dedicado ao estudo da teoria e da epistemologia, especialmente de suas implicações para a pesquisa e escrita acadêmica.

**Antônio Sérgio Araújo Fernandes**[antoniosaf@ufba.br](mailto:antoniosaf@ufba.br)ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4171-7759><http://lattes.cnpq.br/6801465547614647>

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Professor Titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da UFBA (NPGA/EA-UFBA). É doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) com pós-doutoramento em Administração Pública pela University of Texas at Austin (LBJ School of Public Affairs) com bolsa CAPES, mestrado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e graduação em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

**Alex Bruno F.M. do Nascimento**[alex.bruno@professor.ufcg.edu.br](mailto:alex.bruno@professor.ufcg.edu.br)ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9860-7350><http://lattes.cnpq.br/5953526094110213>

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Doutor e Mestre em Administração (UFRN); graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Piauí (2008), Professor da Universidade Federal de Campina Grande - Curso de Administração. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração PPGA/UFCG. Interesse de pesquisa em: Cooperação Intergovernamental; Governança Colaborativa; Inovação no setor público.